

ADAPs/DPs ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS – APS

Grade 2015/2

Semestre	Atividade
4º Semestre	<p>O grupo deverá ler atentamente o julgado abaixo. <u>TRF-5 - APELREEX Apelação / Reexame Necessário REEX 76637620114058200 (TRF-5)</u> Data de publicação: 04/07/2013</p> <p>Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REMOÇÃO A PEDIDO, INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE. LEI 8.112 /90. REQUISITOS NÃO ATENDIDOS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE. 1. O cerne da presente questão é o reconhecimento ou não, do direito à remoção da apelada, ocupante do cargo de Professora Assistente-RETIDE da Universidade Federal da Paraíba para a Universidade Federal de São Paulo, para acompanhar seu cônjuge. 2. Conforme se observa dos documentos acostados aos autos, a apelada é civilmente casada desde 28.09.2010 e é professora da UFPB, do Departamento de Física, desde 08.08.2008, sendo lotada na Paraíba. O seu cônjuge tomou posse no cargo efetivo na Polícia Federal, antes de contrair matrimônio, sendo lotado, inicialmente, no Pará e depois lotado em São Paulo em 05.11.2010, se encontrando nesta cidade desde então. 3. Infere-se que a situação da apelada se aproximaria a da alínea a, do inciso III do parágrafo único, do art. 36, da Lei nº 8.112 /90. Todavia, veja-se que quando a autora tomou posse na UFPB, já residia em cidade distinta da do seu marido. 4. O interesse da Administração é diametralmente oposto ao do apelado, eis que aquela, dentro da margem de discricionariedade que lhe é outorgada, julgou mais conveniente e oportuno a permanência da servidora na unidade de origem. 5. A UFPB e a UNIFESP possuem quadros de pessoal distintos, o que afastaria, conforme previsão legal, o instituto da remoção. E quanto aos outros pedidos, exercício provisório ou licença, não restou demonstrado que há anuência dos órgãos envolvidos, o que desconstitui a pretensão da apelada. 6. Ao se submeter às regras do certame, a apelada assumiu conscientemente os riscos de se separar da sua família. Tendo dado causa a esse fato, é inconcebível que venha a tentar atenuar os seus efeitos desfavoráveis, mediante a deformação do Interesse Público. 7. Vislumbra-se o clássico embate entre o interesse privado e o público. Quando se trata de assuntos afetos à Administração Pública, deve-se ter como norte o princípio da supremacia do interesse público, que parte da premissa de que a vontade da comunidade, por ele representada, traz mais benefícios do que a de um só indivíduo. 8. Remessa oficial e apelação providas. Inversão dos ônus sucumbenciais.</p> <p>As atividades a serem realizadas são:</p>

	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pesquisar o conceito de interesse público em 3 autores diferentes de direito administrativo. 2. Pesquisar mais 2 julgados que tratem da questão do interesse público em situações diversas daquela abordada pelo julgado acima. 3. Redigir um parecer de até 80 linhas para esclarecer se o grupo concorda ou diverge da decisão do julgado acima, na qual uma professora requereu a remoção de um órgão público federal situado em um estado da federação para outro, em outro estado da federação para ficar em companhia do esposo e, assim, garantir o convívio matrimonial e familiar fundamental para a constância do casamento. 4. A pesquisa dos conceitos e dos julgados deverá ser apresentada junto com o parecer do grupo para avaliação.
<p>3º Semestre</p>	<p>Otávio César comprou uma moto no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e parcelou em três vezes, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada parcela. Pagou com três cheques sendo um deles para desconto imediato e os outros dois para 30 e 60 dias depois do primeiro pagamento.</p> <p>Vinte dias antes do vencimento da terceira parcela o cheque foi depositado. Como Otávio César não tinha fundos na conta corrente o cheque voltou e foi imediatamente protestado pelo credor. Em seguida, o nome de Otávio César foi cadastrado em cadastros de proteção ao crédito (SPC e SERASA).</p> <p>Ele recebeu as comunicações do protesto e da inserção de seu nome no cadastro de negativados mas nada pode fazer, porque ele não tinha dinheiro para pagar o cheque.</p> <p>Otávio César se dirigiu ao vendedor da moto para reclamar, mas ele disse que não podia fazer nada, porque havia passado o cheque para outra pessoa e havia sido ela a responsável pelo depósito em data diferente daquele que eles haviam combinado.</p> <p>Infelizmente, em razão de ter tido seu nome inscrito no cadastro de negativados Otávio César perdeu um emprego para o qual ele estava fazendo processo de seleção. O RH da empresa alegou que não poderia contratá-lo como analista porque ele tinha o "nome sujo".</p> <p>Era uma excelente oportunidade de trabalho com salário de R\$ 3.200,00 reais, plano de saúde, vale refeição, vale transporte e ajuda de custo para cursos profissionalizantes.</p> <p>Atividades a serem realizadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a definição de cheque e qual a lei que regula esse título de crédito? 2. Que fundamentos legais sustentam a utilização de "cheques pré-datados" no Brasil? 3. Por que os cheques "pré-datados" se tornaram tão usuais no Brasil? 4. Qual o entendimento dos Tribunais de Justiça sobre a utilização de cheques "pré-datados". Exemplifique com pelo menos 3 tribunais diferentes. 5. Qual o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre cheques "pré-datados".

	<p>6. No caso específico de Otávio César cabe algum tipo de responsabilidade civil em decorrência da apresentação do cheque antes do prazo? Por que?</p> <p>7. Como advogado de Otávio César que tipo de danos você deveria requerer em caso de intentar ação de reparação de danos? E que valores você pleitearia para cada tipo de dano?</p>
2º Semestre	<p>A Constituição Federal brasileira de 1988 tem início com um preâmbulo e, em seguida, no artigo 1º, inciso III, define a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.</p> <p>Em função dessas duas afirmações o aluno deverá responder às seguintes perguntas:</p> <p>1. O preâmbulo da Constituição Federal brasileira tem alguma utilidade prática ou teórica? Ele pode ser utilizado, por exemplo, para ajudar na interpretação de algum artigo da própria Constituição e na sua aplicação a um caso concreto?</p> <p>2. O que se entende por dignidade da pessoa humana e em que situações esse fundamento do Estado Democrático de Direito pode ser utilizado para proteger as pessoas? Dê exemplos a partir de consulta aos julgados dos Tribunais de Justiça.</p> <p>3. Mencionar a bibliografia consultada (autor, edição, cidade, editora e número da (s) página (s) consultada (s)).</p> <p>4. Redigir uma ficha técnica com os principais conceitos jurídicos e artigos de lei.</p>
1º Semestre	<p>Análise da Obra Uma Vela para Dario de Dalton Trevisan sob a ótica das disciplinas que compõem o semestre com enfoque na proteção da dignidade da pessoa humana.</p>

Observações: As APS têm como objetivo criar possibilidades de os alunos atuarem de modo a mobilizar diferentes habilidades de estudos e conteúdos relacionados ao eixo pedagógico do curso e aos conteúdos abordados no semestre, preparando-os, inclusive, para lidar com conteúdos a serem tratados no semestre subsequente, na medida em que promovem conhecimentos que formam a base para novos desafios do mundo jurídico.

Cronograma das atividades:

- 1ª. Fase: Realização da pesquisa ou vista do filme/texto/obra e anotação de indicadores conceituais para elaboração da atividade.
- 2ª. Fase: Fundamentação (jurídica) teórica para respaldar a análise.
- 3ª. Fase: Elaboração de texto final.

Prazo de entrega: As ADAPs/DPs de APS deverão ser entregues de forma impressa e individualmente na Coordenação do Curso, juntamente com a Ficha de APS devidamente preenchida, na data de **21 a 23/11/2017**.

A COORDENAÇÃO
Setembro/2017